

Economia-Brasil Brasil terá apoio informal monitorado

Embora o ministro da Fazenda, Pedro Malan, tenha recebido "compromisso informal" dos bancos estrangeiros de manterem suas linhas de crédito ao Brasil, haverá um sistema formal para monitorar esse apoio. Uma fonte do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos disse que o Banco Central (BC) brasileiro "desenvolveu uma capacidade para verificar se os bancos privados estão renovando ou não seus créditos previamente assegurados". Segundo o funcionário americano, o BC "pretende ficar atento a isso e monitorar a situação". Mas ainda falta definir como o Brasil "vai comunicar essa informação e para quem". "Espero que seja para o Fundo Monetário Internacional (FMI), que está monitorando amplamente o programa e é responsável pelo sucesso de sua implementação", disse. Os Estados Unidos, acrescentou, também querem ver os dados do BC "indicando se os bancos estrangeiros estão mantendo, aumentando ou reduzindo sua exposição no Brasil".

Na semana passada, o diretor gerente adjunto do Fundo, Stanley Fischer, anunciou que será criado um sistema de monitoramento da participação dos bancos privados no apoio à economia brasileira, como complemento ao pacote financeiro internacional de US\$ 41,5 bilhões oferecido ao País. Trata-se de uma tarefa difícil para o BC, comentou ontem uma fonte em Nova York. Isso porque existem muitas empresas envolvidas no comércio exterior brasileiro e será complicado checar com cada uma a posição de suas linhas de crédito. Certamente, as autoridades monetárias envolvidas na

O próprio BC verificaria a renovação dos créditos assegurados dos bancos privados

Maria Helena Tachinardi, de Washington

discussão do monitoramento extrairão lições do sistema aplicado à Coreia, no início deste ano. O objetivo, ao se criar um sistema de avaliação estatística da exposição dos bancos, é evitar que o dinheiro dos organismos oficiais — FMI, Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — e dos governos dos países ricos substitua o envolvimento do setor financeiro privado. Ainda não está claro quais agências participarão do monitoramento e qual será o papel dos bancos centrais dos países industrializados, que contribuíram com US\$ 14,5 bilhões para o pacote.

Depois da montagem de vários programas de socorro — o do México, em

1995, os dos países asiáticos em 1997, o da Rússia, neste ano — já existe evidência de que "o tamanho do pacote é arbitrário", afirmou o subsecretário adjunto do Tesouro dos Estados Unidos, Daniel Zelikow, em seminário na terça-feira à noite, sobre a crise financeira global e as lições tiradas do colapso do peso mexicano, em 1995.

"No caso do México, se todo capital de curto prazo tivesse deixado o país no inverno de 1995, os US\$ 50 bilhões (do pacote de ajuda) teriam sido insuficientes", disse. Por isso, "o que importa é a combinação do dinheiro e da capacidade do governo de reconquistar a confiança do mercado com a implementação de políticas fortes". Segundo Zelikow, "isso é vital, algo que talvez se

tenha perdido quando o mercado avaliou o programa asiático". Ele explicou que não há dinheiro suficiente no mundo para inspirar confiança em um governo que persiste com suas políticas desacreditadas no mercado. Daí a importância da combinação dos dois fatores a que se referiu.

Outra evidência é que "a qualidade das políticas conta muito" para o sucesso do programa, principalmente as que "afetam o sistema financeiro e o seu nível de capitalização". Além disso, quanto antes o país corrigir suas políticas e obter o apoio da comunidade internacional, melhor será, enfatizou Zelikow. Isso aconteceu no caso do Brasil, em que ambos os lados

"movimentaram-se cedo no processo". Uma das lições é que "é muito menos caro embarcar em um programa de cuidado preventivo do que de cuidado intensivo", quando a crise já se instalou.

O subsecretário adjunto do Tesouro está convencido de que no contexto atual o tipo de pacote mais útil é aquele desenhado para lidar com a prevenção de crises, porque o problema da escassez de divisas nos mercados internacionais "é transitório". "Como vocês podem ver pelas ações tomadas pelo G-7 (o grupo das nações mais ricas), e, de acordo com a proposta do presidente Clinton, a nossa visão do mundo é que essas são condições transitórias, que podem ser superadas com políticas certas, da nossa parte e da parte dos

países em dificuldade", afirmou.

O pacote de apoio ao Brasil antecipa algumas das características que serão aplicadas a eventuais programas similares, como o conceito de "floating tranche", isto é, desembolsos mais rápidos e maiores do que as modalidades tradicionais do Fundo Monetário Internacional. O Brasil, por exemplo, poderá usar a segunda tranche do pacote de ajuda desde que cumpra as metas acordadas com o Fundo.

O plano de contingência e de prevenção de crises ainda está sendo elaborado. Se outros países solicitarem ajuda, o FMI fará uma avaliação e chegará a um montante de recursos específico para cada situação colocada.

Fonte do Tesouro dos Estados Unidos resalta a importância do resgate da confiança do mercado com políticas fortes

O ministro Pedro Malan confirmou terça-feira que o Banco de Compensações Internacionais (BIS) exigirá garantias reais do governo para a li-

beração da segunda parcela de US\$ 9 bilhões a US\$ 10 bilhões do total da ajuda. O Banco de Compensações Internacionais é o coordenador dos recursos colocados à disposição do Brasil por vinte países industrializados. Mas, segundo a fonte do Tesouro norte-americano, os Estados Unidos não pretendem solicitar colaterais, como ocorreu no empréstimo de US\$ 12 bilhões ao México, em 1995, que forneceu a sua receita de petróleo como aval de que o pagamento do serviço da dívida não seria interrompido. "Da nossa parte", disse o funcionário do Tesouro, "a melhor garantia de recebimento (dos empréstimos ao Brasil) é a qualidade das políticas do País e a própria credibilidade do governo brasileiro".